

DIÁRIO OFICIAL PREFEITURA MUNICIPAL DE DEODÁPOLIS/MS

Deodápolis - MS Terça - Feira, 29 de Março de 2022

GESTÃO 2021-2024

ANO 2022 - EDIÇÃO Nº 1144 (Edição Extra)

PÁGINA 1

Diário Oficial do Municipio de Deodápolis - Criado pela Lei Municipal N. 726/2020

Gestão 2021 - 2024

PREFEITO MUNICIPAL: VALDIR LUIZ SARTOR VICE-PREFEITO: REGINALDO MACÁRIO

SECRETÁRIOS MUNICIPAIS

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA: JULIANI GARCIA BERLOFFA ANDRADE SECRETARIO MUNICIPAL DE SAÚDE: KADMO CARRIÇO CORREA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO: ADRIANO ARAÚJO PIMENTEL SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, HABITAÇÃO E CIDADANIA: MARCIA CRISTINA DA SILVA SECRETARIO MUNICIPAL DE ESPORTES, CULTURA E TURISMO: CELIO ROBERTO CAMPOS SECRETARIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA: REGINALDO MACÁRIO

Diário Oficial de Deodápolis - DIODEO

Estado de Mato Grosso do Sul Rua Francisco Alves da Silva, nº 443 Fone: (67) 3448-1925

diariooficial@deodapolis.ms.gov.br **Diagramador:** Eliton Vieira dos Santos

PODER EXECUTIVO

PROCURADORIA JURIDICA

PREGÃO PRESENCIAL N. 058/2021

PROCESSO LICITATÓRIO N. 106/21

O Secretário Municipal de Educação do Município de Deodápolis, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais; CONSIDERANDO o Ofício N. 270122-01, da Empresa Nação Concessionária de Veículos Ltda – CNPJ N. 21.496.407/0001-21; e,

- 1 Considerando que o Contrato №. 074/21, tem vigência até o dia 26 de julho de 2022, consoante a Cláusula Quinta;
- 2 Considerando os efeitos em todos os segmentos da economia, mormente, indústria automobilística, ocasionados pela Pandemia da Covid-19;
- 3 Considerando a Justificativa plausível da Contratada, contidas no Ofício N. 270122-01, acerca da impossibilidade de entregar o veículo na data estipulada na Cláusula Quarta do referido CONTRATO, devido a falta de componentes para a montagem do veículo;
 - 4 Considerando ainda que o prazo requerido pela empresa para a entrega do veículo, estará dentro da vigência do contrato, além do prazo requerido (60 dias) não distanciar do prazo normal;

RESOLVE:

<u>AUTORIZAR</u> a Contratada, NAÇÃO CONCESSIONÁRIA DE VEÍCULOS LTDA — CNPJ N. 21.496.407/0001-21, conforme as razões contidas no Ofício N. 270122-01, a prorrogar a data da entrega do Veículo, objeto do Contrato N. 074/21, para 03 de abril de 2022.

Publique-se, surtindo efeitos jurídicos, desde o dia 03 de fevereiro de 2022.

Deodápolis, Estado de Mato Grosso do Sul, aos 28 dias do mês de março de 2022.

Adriano Araújo Pimentel

SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO

Processo Licitatório N. 106/2021

Pregão Presencial N. 058/2021

Em face das considerações expostas, opino pelo deferimento da prorrogação do prazo, concedida pelo Gestor, à empresa NAÇÃO CONCESSIONÁRIA DE VEÍCULOS LTDA – CNPJ N. 21.496.407/0001-21.

Deodápolis/MS, 28 de março de 2022.

Silvana Dutra

Assessoria Jurídica

OAB/MS 12019

CONTABILIDADE

NOTA EXPICATIVA DO FUNDEB



NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCICIO FINANCEIRO DE 2021

1. INFORMAÇÕES GERAIS

O Município de DEODÁPOLIS Estado de Mato Grosso do Sul, Administração Direta, Poder Executivo, com o objetivo de destacar os principais aspectos na composição das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

As demonstrações Consolidadas da Administração Direta compreendem às Unidades Orçamentárias:

Prefeitura do Município de Deodápolis - PM

Fundo Municipal de Saúde - FMS

Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS

Fundo Municipal da Criança e do Adolescente - FMIA

Fundo Municipal de Investimento Social - FIS

Fundo Municipal de Educação - FUNDEB

Fundo Municipal de Habitação e Interesse Social - FHIS

Fundo do Meio Ambiente - FMMA

Fundo Defesa do Consumidor - FMDC

2. UNIDADE ORÇAMENTÁRIA <u>FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - FUNDEB</u>

O FUNDEB criado pela Lei Municipal nº 517 de 01 de OUTUBRO de 2007 com sede na Av. Francisco Alves, nº 443, bairro Centro, é unidade orçamentária integrante da administração direta do Município de Deodápolis, gerido administrativamente pelo Conselho Municipal do Meio Ambiente e subordinado operacionalmente a Secretaria Municipal do Meio Ambiente.

As demonstrações que compõe o Balanço Geral do Município foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/64, que estatui normas gerais de Direito Financeiro para a elaboração e controle dos orçamentos e balanços; da Lei Complementar nº 101/2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público—MCASP—8ª Edição, publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional, das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCT 16), que regulamentam o assunto, bem como das Legislações aplicadas pelo Tribunal de Contas do Estado do

PREFEITURA MUNICIPAL DE DEODÁPOLIS ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Mato Grosso do Sul.

A contabilização do exercício de 2021 foi realizada no sistema de software STAF Sistema LTDA (BETHA), compreendendo todas às Secretarias, Fundos Municipais.

Diário Oficial do Municipio de Deodápolis - Criado pela Lei Municipal N. 726/2020

A base documental para elaboração das demonstrações, estarão disponíveis de forma física em arquivos no setor de contabilidade do Município, conforme prevê o Manual de Remessas de Informações do TCE/ MS, a Resolução nº 153 de 28 de outubro de 2021.

Temos os Instrumentos de planejamento governamental as Leis Municipais: Lei nº 741 - Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2021, a Lei nº 665 PPA que dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio de 2018/2021 e a Lei nº 732 LDO que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2021.

As notas explicativas fazem parte das demonstrações contábeis e contêm informações relevantes e complementares à estas, de maneira mais clara e compreensível, de modo a facilitar o acesso à informação pelos diversos usuários bem como sua publicação.

3. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público (NBCT SP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP – 8º Edição da Secretaria do Tesouro Nacional e demais normativos vigentes.

As estruturas e a composição das demonstrações contábeis estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras, são compostas por:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Balanço Orçamentário (BO);
- IV. Balanço Financeiro (BF);
- V. Demonstração da Dívida Flutuante;
- VI. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);

4. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

Principais critérios e políticas contábeis adotados na elaboração das Demonstrações Contábeis, tendo em consideração as premissas das NBCT SP e do MCASP:



PREFEITURA MUNICIPAL DE DEODÁPOLIS ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

- Moeda funcional A moeda funcional utilizada para o reconhecimento, mensuração e a evidenciação das demonstrações contábeis é o Real.
- Caixa e Equivalentes de Caixa Inclui dinheiro em contas bancárias e aplicações de liquidez imediata. Estão mensurados ou avaliados pelo valor original, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do Balanço Patrimonial.
- Estoques -compreendem os materiais em almoxarifado para o desenvolvimento das atividades diárias da entidade. Na entrada, esses materiais são avaliados pelo valor de aquisição.
- Imobilizado É composto pelos móveis e imóveis de cada entidade. É
 reconhecido inicialmente pelo valor de aquisição, e após o reconhecimento inicial os
 bens ficam sujeitos à depreciação.
- Depreciação dos bens móveis O método de cálculo da depreciação é feito conforme
 Decreto Municipal nº 34/2021 de 09 de abril de 2021.
- Passivo circulante e não circulante obrigações de curto prazo que são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e juros ocorridas até a data das demonstrações contábeis.
- O passivo circulante é composto por obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar; fornecedores e contas a pagar e demais obrigações a pagar no curto prazo. O passivo não circulante é composto pelas obrigações a serem pagas a longo prazo.
- Demonstração das Variações Patrimoniais: é apurado o Resultado Patrimonial, confrontando as Variações Patrimoniais Aumentativas com as Variações Patrimoniais Diminutivas, se o resultado for positivo teremos o Superávit Patrimonial, caso contrário será Déficit Patrimonial.
- Balanço Orçamentário: é apurado o Resultado Orçamentário, onde do valor da coluna Receitas Realizadas é subtraído as Despesas Empenhadas, se for positivo teremos o Superávit Orçamentário e caso contrário será Déficit Orçamentário.
- Balanço Financeiro e Demonstração do Fluxo de Caixa: é apurado o Resultado Financeiro confrontando com o Saldo Anterior, se for positivo será um Superávit Financeiro e caso contrário um Déficit Financeiro. Esta apuração no Resultado Financeiro não se confunde com a apuração feita no Balanço Patrimonial entre os



PREFEITURA MUNICIPAL DE DEODÁPOLIS ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Ativos Financeiros e os Passivos Financeiros, este se superávit é inclusive fonte para abertura de créditos adicionais.

O Município de Deodápolis/MS está trabalhando na readequação dos sistemas de modo a garantir a convergência aos padrões internacionais de contabilidade, bem como para atender os prazos do Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais - PIPCP, conforme determina a Portaria STN nº 548/2015.

5. CRITÉRIOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as Portarias Interministeriais da Secretaria do Tesouro Nacional, em conformidade com o MCASP, instruções normativas expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado do Mato Grosso do Sul. Os registros obedecem ao disposto na Lei Federal nº 4.320/64.

6. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

6.1 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO – ANEXO 12

O Balanço Orçamentário demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas, demonstra também as despesas fixadas e a executada no exercício em conformidade com a Lei Orçamentaria para o exercício da prestação de contas.

O Balanço Orçamentário do Município é desdobrado em: Execução Orçamentária das Receitas (previsão inicial, previsão atualizada, realização e diferenças) e das Despesas (fixação e execução incluídos os créditos adicionais).

Receita:

A Receita Orçamentária Prevista na LOA foi de R\$ 3.276.473,95 e a Realizada no exercício foi de R\$ 5.519.738,42, arrecadando a maior/menos o valor de R\$ 2.243.264,47.

Não houve atualizações monetárias autorizadas por lei, efetuadas antes e após a data da publicação da LOA, que compõem a coluna Previsão Inicial da receita orçamentária.

Despesa:

A despesa fixada foi de R\$ 3.276.473,95 e a Atualizada foi de 5.210.478,47.



Ocorreram atualizações orçamentárias através de aberturas de Créditos adicionais, por meio de Decretos autorizados pelas Legislações:

Lei Orçamentaria Anual n.741

A execução orçamentária se deu em despesas empenhadas foram de R\$ 5.210.478,47 liquidadas R\$ 4.605.762,26 e pagas de R\$ 4.605.762,26.

O regime orçamentário e o critério de classificação adotados no orçamento aprovado, sendo que pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas. As etapas da receita orçamentária podem ser resumidas em: previsão, lançamento, arrecadação e recolhimento. E a classificação orçamentária das despesas obedecerá aos parâmetros de distinção entre material permanente e de consumo.

Tabela 1 - ÍNDICE APLICAÇÃO RECURSOS MÍNIMOS EM EDUCAÇÃO

EDUCAÇÃO 25%	
a) Receita Arrecadada	R\$ 34.092.276,80
b) Despesas Liquidadas	R\$ 8.542.969,51
Despesas não Liquidadas c Disponibilidade de	114 010 12.707,51
c) Caixa	R\$ 2.781,37
d) Dedução Limite Constitucional	- R\$ 305.062,12
INDICE DE APLICAÇÃO EDUCAÇÃO (b+d-	,,,,,
c)/a	25,95
Recursos mínimos exigidos 15%	R\$ 8.523.069,20
Recursos aplicados	R\$ 8.845.250,26
Superávit de Aplicação de Recursos	R\$ 322.181,06

Tabela 2 - LIMITE DE GASTOS COM PESSOAL

PESSOAL 54	%
a) Receita Corrente Liquida	R\$ 54.312.006,87
Transferências Obrigatórias da	110 0 113 12.000,07
união relativas as emendas	
b) individuais	0.00
Receita Corrente Liquida (a-b)	0,00
c) Ajustada	R\$ 54.312.006,87
d) Gastos com Pessoal	R\$ 20.711.597,99
INDICE GASTOS COM PESSOAL	
(c/d)	38,13
Limita Dandon si-1 (51 2004)	
Limite Prudencial (51,30%)	R\$ 27.862.059,52



PREFEITURA MUNICIPAL DE DEODÁPOLIS ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Gastos com Pessoal	R\$ 20.711.597,99
Excedente Limite Prudencial	0,00
Limite Fiscal (54%)	R\$ 29.328.483,71
Gastos com Pessoal	R\$ 20.711.597,99
Folga de Gastos ate o Limite Maximo	R\$ 8.616.885,72

Tabela 1 - ÍNDICE DE APLICAÇÃO FUNDEB 70%

FUNDEB 70%	
a) Transferência FUNDEB	R\$ 5.454.483,48
b) Despesas Empenhadas (70%)	R\$ 5.210.478,47
Despesas Custeadas com c) superávit do exercício anterior	0,00
Recursos mínimos exigidos por Lei 70%	R\$ 3.818.138,44
Recursos aplicados no exercício	R\$ 4.200.744,79
Superávit de Aplicação de Recursos	R\$ 382.606,35

6.2 - BALANÇO FINANCEIRO – ANEXO 13

Receitas e Despesas Orçamentárias

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extra orçamentários, conjugados com os saldos bancários do exercício anterior e os que transferem para o início do exercício seguinte.

Enquanto o Balanço evidencia as receitas arrecadadas de R\$ 5.519.738,42 e as despesas executadas de R\$ 5.210.478,47 por categoria econômica o balancete financeiro os evidencia por fontes de arrecadações.

Recebimentos e Pagamentos Extra Orçamentários

Demonstra que foi ingressado de Recebimentos Extra orçamentários o valor de R\$ 604.716,21 referente a inscrição de restos a pagar e valores restituíveis e demais obrigações a curto prazo R\$:734.139,81

Demonstra que foi ingressado de Pagamentos Extra orçamentários o valor de R\$ 667.735,54 referente a pagamento de demais obrigações a curto prazo e de restos a pagar não processados pagos R\$: 135.501,88

Saldo em Espécie



Saldo em Espécie do Exercício Anterior é de 333.446,01 e Saldo para o Exercício Seguinte é de 1.178.324,56

Quociente do Resultado dos Saldos Financeiros é resultante da relação entre o Saldo que passa para o Exercício Seguinte e o Saldo do Exercício Anterior. A interpretação desse quociente indica o impacto do resultado financeiro sobre o saldo em espécie.

6.3 - BALANÇO PATRIMONIAL - ANEXO 14

O Balanço Patrimonial evidencia a situação patrimonial do município em 31 de dezembro de 2021. Mediante sua observação, é possível conhecer qualitativa e quantitativamente a composição dos bens e direitos (ativos), das obrigações (passivos), e dos capitais, reservas e resultados acumulados (patrimônio líquido), bem como os atos potenciais, que são registrados em conta de compensação.

O Balanço patrimonial permite análises diversas acerca da situação patrimonial da entidade, como sua liquidez e seu endividamento.

Ativo Circulante - Caixa e Equivalentes de Caixa.

Essa conta compreende o somatório dos valores em bancos conta movimento, aplicações e poupança. Os valores em Reais e Conciliados em conformidade com os registros contábeis e bancários.

O Saldo das Disposições Bancarias em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 1.178.324,56.

Passivo Circulante – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar – CP / Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo e Demais Obrigações - CP

A respectiva conta de Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo, é representado pelos diversos empenhos liquidados no exercício os quais será escrito em Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados, no valor de:

R\$ 66.404,27

Quadros Ativo e Passivo Financeiro

O Ativo financeiro compreende os créditos e valores em bancos e demais créditos e valores a curto prazo, totalizando R\$ 66.404,27



O Passivo Financeiro compreende as Obrigações com fornecedores inscritos em restos a pagar Processados e não processados, e os depósitos consignados, cauções no valor de R\$ 604.716,21 em conformidade com Anexo 17.

O Superávit Financeiro do Exercício se deu em R\$ 509.541,39 para possível abertura de créditos adicionais do exercício seguinte.

Patrimônio Líquido

O resultado acumulado no exercício foi de R\$ 1.334.961,29 decorrente do resultado do exercício constante do Anexo 15 e resultados de exercícios anteriores constante no Anexo 14 do exercício anterior.

6.4 DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS – ANEXO 15

De acordo com a Lei Federal nº 4.320/64 e a NBCT T 16.6, a Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as variações quantitativas e as variações qualitativas decorrentes da execução orçamentária e indica o resultado patrimonial do exercício.

As variações quantitativas são decorrentes de transações no Setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido. Já as variações qualitativas são decorrentes de transações no setor público que alteram a composição dos elementos patrimoniais sem afetar o patrimônio líquido.

As Variações Patrimoniais Aumentativas se deram no valor de R\$ 5.519.738,42 decorrentes das arrecadações constantes no anexo 10 e de lançamentos da execução orçamentária e eventuais que podem afetar o resultado do exercício.

As Variações Patrimoniais Diminutivas se deram no valor de R\$ 4.518.223,14 decorrentes das liquidações de despesas orçamentárias, restos a pagar e de lançamentos da execução orçamentária e eventuais que podem afetar o resultado do exercício.

O resultado patrimonial apurado no exercício foi um superávit/ déficit de R\$ 1.001.515,28.

6.5 DEMOSNTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – ANEXO 18

A Demonstração de Fluxos de caixa (DFC), foi elaborada pelo Método direto e evidenciam



as alterações de caixa e equivalentes de caixa verificadas no exercício, em observância as normas aplicáveis.

A apuração do fluxo de caixa do período apresentou uma geração Líquida de Caixa e Equivalentes superavitária de R\$ 1.178.324,56 correspondem à diferença entre os saldos iniciais e finais de Caixa e Equivalentes.

7. DISPOSIÇÕES FINAIS

O presente relatório buscou retratar com clareza e objetividade as informações apresentadas nas Demonstrações Contábeis, bem como os resultados do período de janeiro a dezembro, exercício financeiro de 2021, buscando o máximo de transparência aos usuários das informações.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis e como não houve tanta relevância nas DCASP podemos destacar que foi possível constatar nos autos que os valores relevantes que fazem parte dos anexos contábeis 10 a 18 encontram-se fundamentados nos demais demonstrativos que instruem as contas de gestão.

Município de Deodápolis-MS, 28 de março de 2022.

Fernanda Del Grandi Cordeiro Contador CRC-MS 010897/0-9

NOTA EXPLICATIVA DO FUNDO DE SAUDE



NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCICIO FINANCEIRO DE 2021

1. INFORMAÇÕES GERAIS

O Município de DEODÁPOLIS Estado de Mato Grosso do Sul, Administração Direta, Poder Executivo, com o objetivo de destacar os principais aspectos na composição das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

As demonstrações Consolidadas da Administração Direta compreendem às Unidades Orçamentárias:

Prefeitura do Município de Deodápolis - PM

Fundo Municipal de Saúde - FMS

Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS

Fundo Municipal da Criança e do Adolescente - FMIA

Fundo Municipal de Investimento Social - FIS

Fundo Municipal de Educação - FUNDEB

Fundo Municipal de Habitação e Interesse Social – FHIS

Fundo do Meio Ambiente - FMMA

Fundo Defesa do Consumidor - FMDC

2. UNIDADE ORÇAMENTÁRIA <u>FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE</u>

O Fundo Municipal de Saúde criado pela Lei Municipal nº 369 de 30 de outubro de 1997 com sede na Av. Francisco Alves, nº 443, bairro Centro, é unidade orçamentária integrante da administração direta do Município de Deodápolis, gerido administrativamente pelo Conselho Municipal do Meio Ambiente e subordinado operacionalmente a Secretaria Municipal do Meio Ambiente.

As demonstrações que compõe o Balanço Geral do Município foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/64, que estatui normas gerais de Direito Financeiro para a elaboração e controle dos orçamentos e balanços; da Lei Complementar nº 101/2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público—MCASP—8ª Edição, publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional, das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCT 16), que regulamentam o assunto, bem como das Legislações aplicadas pelo Tribunal de Contas do Estado do



Mato Grosso do Sul.

A contabilização do exercício de 2021 foi realizada no sistema de software STAF Sistema LTDA (BETHA), compreendendo todas às Secretarias, Fundos Municipais.

A base documental para elaboração das demonstrações, estarão disponíveis de forma física em arquivos no setor de contabilidade do Município, conforme prevê o Manual de Remessas de Informações do TCE/ MS, a Resolução nº 153 de 28 de outubro de 2021.

Temos os Instrumentos de planejamento governamental as Leis Municipais: Lei nº 741 - Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2021, a Lei nº 665 PPA que dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio de 2018/2021 e a Lei nº 732 LDO que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2021.

As notas explicativas fazem parte das demonstrações contábeis e contêm informações relevantes e complementares à estas, de maneira mais clara e compreensível, de modo a facilitar o acesso à informação pelos diversos usuários bem como sua publicação.

3. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público (NBCT SP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP – 8º Edição da Secretaria do Tesouro Nacional e demais normativos vigentes.

As estruturas e a composição das demonstrações contábeis estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras, são compostas por:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Balanço Orçamentário (BO);
- IV. Balanço Financeiro (BF);
- V. Demonstração da Dívida Flutuante;
- VI. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);

4. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

Principais critérios e políticas contábeis adotados na elaboração das Demonstrações Contábeis, tendo em consideração as premissas das NBCT SP e do MCASP:



PREFEITURA MUNICIPAL DE DEODÁPOLIS ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

- Moeda funcional A moeda funcional utilizada para o reconhecimento, mensuração e a evidenciação das demonstrações contábeis é o Real.
- Caixa e Equivalentes de Caixa Inclui dinheiro em contas bancárias e aplicações de liquidez imediata. Estão mensurados ou avaliados pelo valor original, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do Balanço Patrimonial.
- Estoques -compreendem os materiais em almoxarifado para o desenvolvimento das atividades diárias da entidade. Na entrada, esses materiais são avaliados pelo valor de aquisição.
- Imobilizado É composto pelos móveis e imóveis de cada entidade. É
 reconhecido inicialmente pelo valor de aquisição, e após o reconhecimento inicial os
 bens ficam sujeitos à depreciação.
- Depreciação dos bens móveis O método de cálculo da depreciação é feito conforme
 Decreto Municipal nº 34/2021 de 09 de abril de 2021.
- Passivo circulante e não circulante obrigações de curto prazo que são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e juros ocorridas até a data das demonstrações contábeis.
- O passivo circulante é composto por obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar; fornecedores e contas a pagar e demais obrigações a pagar no curto prazo. O passivo não circulante é composto pelas obrigações a serem pagas a longo prazo.
- Demonstração das Variações Patrimoniais: é apurado o Resultado Patrimonial, confrontando as Variações Patrimoniais Aumentativas com as Variações Patrimoniais Diminutivas, se o resultado for positivo teremos o Superávit Patrimonial, caso contrário será Déficit Patrimonial.
- Balanço Orçamentário: é apurado o Resultado Orçamentário, onde do valor da coluna Receitas Realizadas é subtraído as Despesas Empenhadas, se for positivo teremos o Superávit Orçamentário e caso contrário será Déficit Orçamentário.
- Balanço Financeiro e Demonstração do Fluxo de Caixa: é apurado o Resultado Financeiro confrontando com o Saldo Anterior, se for positivo será um Superávit Financeiro e caso contrário um Déficit Financeiro. Esta apuração no Resultado Financeiro não se confunde com a apuração feita no Balanço Patrimonial entre os



PREFEITURA MUNICIPAL DE DEODÁPOLIS ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Ativos Financeiros e os Passivos Financeiros, este se superávit é inclusive fonte para abertura de créditos adicionais.

• O Município de Deodápolis/MS está trabalhando na readequação dos sistemas de modo a garantir a convergência aos padrões internacionais de contabilidade, bem como para atender os prazos do Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, conforme determina a Portaria STN nº 548/2015.

5. CRITÉRIOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as Portarias Interministeriais da Secretaria do Tesouro Nacional, em conformidade com o MCASP, instruções normativas expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado do Mato Grosso do Sul. Os registros obedecem ao disposto na Lei Federal nº 4.320/64.

6. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

6.1 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO – ANEXO 12

O Balanço Orçamentário demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas, demonstra também as despesas fixadas e a executada no exercício em conformidade com a Lei Orçamentaria para o exercício da prestação de contas.

O Balanço Orçamentário do Município é desdobrado em: Execução Orçamentária das Receitas (previsão inicial, previsão atualizada, realização e diferenças) e das Despesas (fixação e execução incluídos os créditos adicionais).

Receita:

A Receita Orçamentária Prevista na LOA foi de R\$ 3.896.505,29 e a Realizada no exercício foi de R\$ 6.808.856,89, arrecadando a maior/menos o valor de R\$ 2.912.351,60.

Não houve atualizações monetárias autorizadas por lei, efetuadas antes e após a data da publicação da LOA, que compõem a coluna Previsão Inicial da receita orçamentária.

Despesa:

A despesa fixada foi de R\$ 9.696.281,99 e a Atualizada foi de 16.774.030,90.



Ocorreram atualizações orçamentárias através de aberturas de Créditos adicionais, por meio de Decretos autorizados pelas Legislações:

Lei Orçamentaria Anual n.741

A execução orçamentária se deu em despesas empenhadas foram de R\$ 16.774.030,90 liquidadas R\$ 16.154.807,87 e pagas de R\$ 15.871.186,06.

O regime orçamentário e o critério de classificação adotados no orçamento aprovado, sendo que pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas. As etapas da receita orçamentária podem ser resumidas em: previsão, lançamento, arrecadação e recolhimento. E a classificação orçamentária das despesas obedecerá aos parâmetros de distinção entre material permanente e de consumo.

Tabela 1 - ÍNDICE APLICAÇÃO RECURSOS MÍNIMOS EM SAÚDE

	Saúde 15%	
a)	Receita Arrecadada	R\$ 34.092.276,80
b)	Despesa Com saúde Empenhada	R\$ 16.458.474,73
c)	Despesas Não Computadas	R\$ 6.490.665,58
d)	Total das Despesas Com Saúde (b-c)	R\$ 10.283.365,32
e)	INDICE DE APLICAÇÃO SAUDE (d/a)	31,59
	Recursos mínimos exigidos 15%	R\$ 4.882.191,20
	Recursos aplicados	R\$ 10.283.365,32
	Superávit de Aplicação de Recursos	R\$ 5.401.174,12

6.2 - BALANÇO FINANCEIRO - ANEXO 13

Receitas e Despesas Orçamentárias

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extra orçamentários, conjugados com os saldos bancários do exercício anterior e os que transferem para o início do exercício seguinte.

Enquanto o Balanço evidencia as receitas arrecadadas de R\$ 6.808.856,89 e as despesas executadas de R\$ 16.774.030,90 por categoria econômica o balancete financeiro os evidencia por fontes de arrecadações.

Recebimentos e Pagamentos Extra Orçamentários

Demonstra que foi ingressado de Recebimentos Extra orçamentários o valor de R\$



902.844,84 referente a inscrição de restos a pagar e valores restituíveis e Demais obrigações a curto prazo R\$:2.027.743,84.

Demonstra que foi ingressado de Pagamentos Extra orçamentários o valor de R\$ 2.235.201,83 referente a pagamento de demais obrigações a curto prazo e restos a pagar.

Demonstra ainda a Transferência Recebida da Prefeitura Municipal de R\$ 9.819.384,64

Saldo em Espécie

Saldo em Espécie do Exercício Anterior é de 3.004.002,41 e Saldo para o Exercício Seguinte é de 3.553.599,89.

Quociente do Resultado dos Saldos Financeiros é resultante da relação entre o Saldo que passa para o Exercício Seguinte e o Saldo do Exercício Anterior. A interpretação desse quociente indica o impacto do resultado financeiro sobre o saldo em espécie.

6.3 - BALANÇO PATRIMONIAL - ANEXO 14

O Balanço Patrimonial evidencia a situação patrimonial do município em 31 de dezembro de 2021. Mediante sua observação, é possível conhecer qualitativa e quantitativamente a composição dos bens e direitos (ativos), das obrigações (passivos), e dos capitais, reservas e resultados acumulados (patrimônio líquido), bem como os atos potenciais, que são registrados em conta de compensação.

O Balanço patrimonial permite análises diversas acerca da situação patrimonial da entidade, como sua liquidez e seu endividamento.

Ativo Circulante - Caixa e Equivalentes de Caixa.

Essa conta compreende o somatório dos valores em bancos conta movimento, aplicações e poupança. Os valores em Reais e Conciliados em conformidade com os registros contábeis e bancários.

O Saldo das Disposições Bancarias em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 3.553.599,89.

Passivo Circulante – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar – CP / Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo e Demais Obrigações - CP

A respectiva conta de Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo, é representado pelos



diversos empenhos liquidados no exercício os quais será escrito em Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados, no valor de:

R\$ 362.071,95.

Quadros Ativo e Passivo Financeiro

O Ativo financeiro compreende os créditos e valores em bancos e demais créditos e valores a curto prazo, totalizando R\$ 3.553.599,89.

O Passivo Financeiro compreende as Obrigações com fornecedores inscritos em restos a pagar Processados e não processados, e os depósitos consignados, cauções no valor de R\$ 992.580,71. em conformidade com Anexo 17.

Patrimônio Líquido

O resultado acumulado no exercício foi de R\$ 4.344.910,96 decorrente do resultado do exercício constante do Anexo 15 e resultados de exercícios anteriores constante no Anexo 14 do exercício anterior.

6.4 DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - ANEXO 15

De acordo com a Lei Federal nº 4.320/64 e a NBCT T 16.6, a Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as variações quantitativas e as variações qualitativas decorrentes da execução orçamentária e indica o resultado patrimonial do exercício.

As variações quantitativas são decorrentes de transações no Setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido. Já as variações qualitativas são decorrentes de transações no setor público que alteram a composição dos elementos patrimoniais sem afetar o patrimônio líquido.

As Variações Patrimoniais Aumentativas se deram no valor de R\$ 16.667.720,58 decorrentes das arrecadações constantes no anexo 10 e de lançamentos da execução orçamentária e eventuais que podem afetar o resultado do exercício.

As Variações Patrimoniais Diminutivas se deram no valor de R\$ 15.730.033,95 decorrentes das liquidações de despesas orçamentárias, restos a pagar e de lançamentos da execução orçamentária e eventuais que podem afetar o resultado do exercício.

O resultado patrimonial apurado no exercício foi um superávit/ déficit de R\$ 937.686,63



6.5 DEMOSNTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – ANEXO 18

A Demonstração de Fluxos de caixa (DFC), foi elaborada pelo Método direto e evidenciam as alterações de caixa e equivalentes de caixa verificadas no exercício, em observância as normas aplicáveis.

A apuração do fluxo de caixa do período apresentou uma geração Líquida de Caixa e Equivalentes superavitária de R\$ 3.553.599,89 correspondem à diferença entre os saldos iniciais e finais de Caixa e Equivalentes.

7. DISPOSIÇÕES FINAIS

O presente relatório buscou retratar com clareza e objetividade as informações apresentadas nas Demonstrações Contábeis, bem como os resultados do período de janeiro a dezembro, exercício financeiro de 2021, buscando o máximo de transparência aos usuários das informações.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis e como não houve tanta relevância nas DCASP podemos destacar que foi possível constatar nos autos que os valores relevantes que fazem parte dos anexos contábeis 10 a 18 encontram-se fundamentados nos demais demonstrativos que instruem as contas de gestão.

Município de Deodápolis-MS, 25 de março de 2022.

Fernanda Del Grandi Cordeiro

Contador CRC-MS 010897/O-9